

Ciência Política: Debates temáticos

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

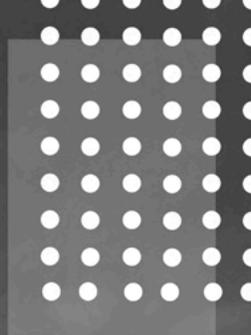
Atena
Editora
Ano 2022



Ciência Política: Debates temáticos

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciência política: debates temáticos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: debates temáticos / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-966-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.667221402>

1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

O campo epistemológico da Ciência Política tem evoluído ao longo do tempo a partir da conformação de um campo de poder entre diferentes recortes teórico-metodológicos, demonstrando que a despeito da conformação de determinados paradigmas, escolas ou correntes científicas há um rico pluralismo epistemológico de análise e reflexão sobre as ideais e a realidade política.

Em um contexto de compressão espaço temporal das relações humanas, os processos e interações se tornam cada vez mais fluidos e permeados por distintos vetores de hibridização sociocultural, oportunizando a emergência de debates temáticos pertencentes ao espectro existente entre o tradicional e o inovativo, permeados por polarizações ou mesmo mesclas entre novas e velhas dinâmicas, com progressismos e anacronismos.

A complexidade existente no mundo material e do mundo das ideias é captada neste livro a partir de uma construção em quatro capítulos que compartilham a preocupação de apresentar os respectivos debates e análises temáticas dentro de um explícito rigor científico, sem perder a contextualização de um implícito ecletismo teórico-metodológico presente na obra como um todo.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e por uma abordagem qualitativa quanto aos meios, este livro foi organizado com base em diferentes recortes teórico-metodológicos e por meio de um trabalho colaborativo entre seis pesquisadores de distintas instituições e estados brasileiros, o que possibilitou uma imersiva abordagem sobre a realidade empírica e as ideias políticas.

Ao combinar análise e reflexão, teoria e empiria, os quatro capítulos do presente livro apresentam discussões que transversalmente abordam o campo político em sua materialidade no mundo real e na dimensão das ideias, partindo da escala nacional até se chegar à escala internacional, a fim de se explorar diferentes debates temáticos.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Políticas, este livro traz subsídios para a análise e interpretação das ideias políticas e a realidade contemporânea, propiciando uma oportunidade ímpar para um amplo público de leitores se enriquecer teórica e metodologicamente com uma agenda temática aberta de estudos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SOCIAL-DEMOCRACIA E O BRASIL: A MATRIZ SOCIAL-DEMOCRÁTICA NA PERIFERIA (1930-1994)	
Jeferson Alexandre Miranda	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6672214021	
CAPÍTULO 2	19
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE CRONOLÓGICA DE SUAS NORMATIVAS	
Mailson Santos Pereira	
Nilson Weisheimer	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6672214022	
CAPÍTULO 3	39
TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	
Elói Martins Senhoras	
Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6672214023	
CAPÍTULO 4	49
LIBERDADE COMO NÃO-DOMINAÇÃO E A SOBERANIA GLOBALIZADA POR PETTIT	
Patrizia Cristina Cancelier Casagrande	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6672214024	
SOBRE O ORGANIZADOR	58
ÍNDICE REMISSIVO	59

CAPÍTULO 1

SOCIAL-DEMOCRACIA E O BRASIL: A MATRIZ SOCIAL-DEMOCRÁTICA NA PERIFERIA (1930-1994)

Data de aceite: 01/02/2022

Jeferson Alexandre Miranda

Graduado em História e licenciado em Geografia pelas Faculdades Integradas de Jaú, pós-graduado em Ensino e Metodologia de História e Geografia pela Faculdade Internacional de Curitiba, pós-graduado em História, Cultura e Poder pela Universidade do Sagrado Coração de Jesus

RESUMO: Este trabalho analisa a matriz social-democrática e seu histórico no Brasil, um país periférico da América Latina, percorrendo a trajetória temporal da evolução dos direitos sociais e do regime de bem-estar social em terras brasileiras, o artigo busca explicar a não concretização plena destes elementos, procurando demonstrar a impossibilidade de existência de uma social-democracia até os anos de 1990 em nosso país. A comunicação está organizada em três seções: na primeira, pretende-se fazer um balanço histórico sobre a gênese e consolidação do pensamento social-democrata no mundo e seus desdobramentos em nosso país; na segunda seção discutem-se as relações existentes entre a Terceira Onda de Direitos, o keynesianismo e a social-democracia, destacando suas aproximações e distanciamentos com o intuito de estabelecer parâmetros mínimos para a análise do caso brasileiro; por último busca-se explicar o desenvolvimento das políticas sociais e de inclusão cidadã, apontando o protagonismo do Estado interventor, a partir dos anos de 1930,

como uma barreira para o pleno desenvolvimento do regime de bem-estar social, bem como suas distorções e desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: Social-Democracia, Direitos Sociais, Políticas Sociais.

ABSTRACT: This paper analyzes the social-democratic matrix and its history in Brazil, a peripheral country in Latin America, tracing the temporal trajectory of the evolution of social rights and the social welfare regime in Brazilian lands. This essay seeks to explain the non-fulfilment of these elements, trying to demonstrate the impossibility of existence of a social-democracy until the 1990s in our country. The communication is organized into three sections: in the first, it is intended to make a historical assessment of the genesis and consolidation of social-democratic thought in the world and its consequences in our country; the second section discusses the relationships between the Third Wave of Rights, which marked the 20th century, Keynesianism and social democracy, highlighting their similarities and distances in order to establish minimum parameters for the analysis of the Brazilian case; finally, it seeks to explain the development of social and citizen inclusion policies from the 1930s onwards in Brazil, pointing to the role of the intervening State as a barrier to the full development of the social welfare regime, as well as its distortions and inequalities.

KEYWORDS: Social-Democracy, Social Rights, Social Policies.

1 | SOCIAL-DEMOCRACIA: UM BALANÇO SOBRE SUA GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO

A social-democracia ao longo de sua existência sofreu as vicissitudes do tempo de tal forma que não é possível se falar de uma “Social-Democracia”, mas de “Sociais-Democracias”, a linhagem foi se adaptando, evoluindo e se transformando de acordo com a sociedade em que ela é analisada. Desta forma, os recortes históricos, aliados aos fatores locais são elementos preponderantes na compreensão de suas facetas.¹

Na busca por estabelecer uma linha do tempo que satisfaça uma classificação mínima para análise podemos destacar três conjunturas nas quais a social-democracia encontrou debates encorpados, frente a outras linhagens políticas. **As conjunturas de constituição:** fase inicial da social-democracia, entre o fim do século XIX e início do XX, caracterizada pela formação e organização das lutas do movimento operário e a tomada e consequente transformação do Estado. **As conjunturas de encruzilhada:** fase em que se agigantam “experiências e teorizações” de diversos modelos sociais-democratas frente as modificações e as “encruzilhadas” do capitalismo entre as duas guerras mundiais, do Estado social-democrata e das disputas entre as potências mundiais. **As conjunturas de crise:** momento exemplificado na década de 1930, quando o fascismo se espalha pelo globo, ou ainda pela crise da social-democracia pós-1960, quando o Estado de Bem-estar social entra em estagnação (BUCI-GLUCKSMANN, THERBORN, 1983).

Na “conjuntura de encruzilhada”, a década de 1930 se estabelece como um momento de ruptura para a social-democracia, os partidos sociais-democratas passavam por “mutações internas” que tiveram como resultado o distanciamento do viés revolucionário. É um período em que transição, crise e renovação coabitam ou se chocam, criando cisões entre os partidos sociais-democratas e socialistas, abrindo espaço para intervenções muito mais amplas e decisivas para o campo.²

Entendido como o socialismo democrático, foi na Europa do século XIX que o palco para o surgimento da social-democracia se estabeleceu. Não havendo, exatamente, um ponto de partida, o modelo se formou em diferentes países que se encontravam em estágios de industrialização capitalista ascendente e com diferentes graus de consolidação, o que permitiu a formação de uma classe trabalhadora florescente. Tinha como meta a luta por direitos trabalhistas e sociais. Partilhavam as ideias democráticas como forma de alcançar a igualdade social e as liberdades individuais. Não formava um movimento homogêneo, apresentava certo ranço absolutista e concebia o mundo através de uma ordem baseada na aquisição de bens materiais. Assim, a conquista dos direitos trabalhistas não podia ser separada, ou mesmo dissolvida, da conquista política dos plenos direitos democráticos

1 BUCI-GLUCKSMANN, THERBORN (1983) definem a Social-Democracia como um camaleão, pois desde sua origem ela foi alvo de ira e simpatia tanto a esquerda, quanto a direita. Em sua proposta reformista absorveu discursos de ambos os campos dicotômicos conseguindo o feito de desagradar aos dois lados. Talvez por isso a sobrevivência da social-democracia seja um grande feito ao longo do século XX.

2 Ibid. p.35

(LÔWENTHAL, 1980).

No ano de 1896, Eduard Bernstein (1850-1932), ocupou o cargo de escritor na revista do partido social-democrata alemão, *Die neue Zeit* [O Tempo Novo], seus escritos se tornaram o centro de debates do socialismo e mais tarde, em 1899, serviram para compor sua principal obra, “Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia”. Entre 1891 e 1893, Bernstein travou um profundo debate com os críticos burgueses do marxismo, o debate versava sobre a crescente pauperização das camadas médias e seu possível desaparecimento frente a evolução do capitalismo, acaloradas discussões exploravam questionamentos sobre se as reformas sociais diminuiriam o impulso revolucionário, e também, se o desenvolvimento capitalista melhoraria a vida dos trabalhadores. Ainda que se opondo a visão burguesa, Bernstein, nunca as refutou, mas ao contrário, transformou-as nos argumentos de sua “crítica marxista”, dando origem ao que viria ser chamado de revisionismo (FLETSCHER, 1982).

Até a Segunda Internacional Socialista (1889 – 1916) a social-democracia manteve sua definição única, mas apresentava diferentes matizes, como os espartaquistas, os leninistas, os revisionistas, os sociais-democratas alemães, os sociais-democratas russos. Essas muitas variantes podiam ser resumidas, de forma simplificadora, em “revolucionários e reformistas”, toda essa variabilidade de linhagens, que em alguns momentos convergiam e em outros divergiam, eram acalentados sob as asas da “Social-Democracia”. Invariavelmente, ainda que extremamente clivadas, as matizes sociais-democratas, convergiam para uma meta comum: o socialismo; e tinham uma base social definida: a classe operária. Entretanto, divergiam dos caminhos a serem utilizados para atingir seu objetivo. O ponto de mutação se deu dentro da Segunda Internacional, com a ascensão interna do “leninismo” como corrente preponderante entre os revolucionários, os sociais-democratas, já adotando um ideal socialista-democrático, projetaram na democracia um valor último que podia permitir diversas formas de organização da produção (FURTADO, 1996).

Para Przeworski:

A democracia representativa, para os sociais-democratas, tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e o programa, apresentando um caráter ao mesmo tempo, instrumental e prefigurativo. (PRZEWORSKI, 1989, p. 15).

A realização dos objetivos finais do socialismo, parecia, para os sociais-democratas, algo distante, o qual não se podia mais esperar. Assumiram-se, então, como representantes da causa operária e de outros trabalhadores, contra a opressão capitalista, e apesar das acusações, entendiam que a luta pela melhoria imediata da condição social dos operários, não os afastava do seu objetivo final com o socialismo. Sendo o socialismo um destino inevitável, não havia motivos para se esquivar da luta pelas reformas imediatas, dado que

estas, faziam parte de “etapas” que se sucederiam, gradualmente, de forma acumulativa em direção a uma sociedade reestruturada e renovada. A reforma não anularia a revolução, apenas a aceleraria, o reformismo era uma forma de agilizar e antecipar a “revolução social” (PRZEWORSKI, 1989).

A Terceira Internacional (1919-1943) tornou a divisão permanente, os matizes revolucionário e reformista se constituíram como uma realidade irreconciliável, o que permitiu a social-democracia ganhar autonomia e corpo. Até 1930, os ideais revolucionários do marxismo, ainda faziam parte de seus discursos, mas nesta década novas características foram-se somando ao arcabouço teórico social-democrata, culminando na configuração de um perfil diferente na relação partido-classe, e fundamentalmente, atenuando o seu caráter marxista.³

Os primeiros triunfos eleitorais trouxeram para a social-democracia um novo status ideológico, estes somados as ideias de John Maynard Keynes (1883-1946) modificaram os caminhos e os discursos políticos dos sociais-democratas. Antes do keynesianismo a social-democracia não apresentava uma política econômica para a administração de economias capitalistas. Keynes ofereceu um método, e com isso, preencheu um vazio nas justificativas de um governo, suas ideias modificavam simultaneamente as políticas de distribuição social e favorecia diretamente a classe trabalhadora. Agora, o Estado, poderia harmonizar a propriedade privada dos meios de produção à gestão democrática da economia, ao controle do nível de desemprego e à distribuição de renda, se tornando, em termos de compromisso, um Estado de bem-estar social conciliados aos regimes democráticos capitalistas (PRZEWORSKI, 1989).

Podemos apontar dois modelos sociais-democratas típicos, mas diferentes entre si: o Partido Social-Democrata de Trabalhadores da Alemanha (SPD)⁴ e o Partido Trabalhista Britânico (Labour Party)⁵.

Geneticamente de verve revolucionária, os sociais-democratas alemães atingiram o ápice de seu reformismo na República de Weimar, após a derrota do Nazismo, o SPD, assim como toda a Alemanha, recebeu financiamento do Plano Marshall, iniciativa estadunidense em favor da recuperação e dinamização da Europa pós-guerra. A Guerra Fria aumentou em muito a presença dos EUA na República Federal da Alemanha (RFA), principalmente após 1947, o enfrentamento com a União Soviética (URSS) fez a política externa norte-americana estar atenta a todos os movimentos dos partidos da Alemanha

3 ver: FURTADO, 1996 p. 12.

4 O SPD (Sozialdemokratische Partei Deutschlands) é um dos mais importantes partidos políticos da Alemanha. Segundo partido alemão mais antigo e ainda ativo (fundado em 1875), foi impiedosamente perseguido pelo Terceiro Reich (1933-1945), posteriormente durante a Guerra Fria foi obrigado a se fundir aos comunistas. Filiado a Internacional Socialista, eleitoralmente é muito forte junto aos alemães luteranos e nas regiões norte e leste da Alemanha. (<https://www.spd.de/partei/grundsatzprogramm/>) consultado em 09/07/2021.

5 O Labour Party é um partido político social-democrata, que ocupa a centro-esquerda no Reino Unido. Suas origens remontam ao século XIX, quando alguns sindicalistas convergiram para a ideia de disputar as eleições, adentrando na esfera política, após a ampliação de direitos de voto entre 1867 e 1885. (CRICK, Martin. The History of Social Democratic Federation. Keele University Press: California, 1994).

Ocidental, forçando a social-democracia inclinar-se à direita. Ao mesmo tempo, pode-se observar, a partir de 1953, uma integração da social-democracia a sociedade de bem-estar, agarrando-se a propaganda anticomunista, e mudando sua relação com os trabalhadores alemães (VIEIRA, 2013).

Na Inglaterra, o Labour Party, resultante dos movimentos operários ingleses, desde suas origens já não apresentava uma tradição marxista revolucionária. A opção pela via reformista foi algo natural, em suas ações empreendeu um certo grau de coletivização nas áreas econômicas e sociais, utilizando-se, para isso, dos benefícios de um Estado interventor. Outros países do Reino Unido também adotaram o modelo social-democrático de matriz inglesa, permitindo que ela chegasse a territórios como da Austrália, do Canadá, da Nova Zelândia e até mesmo na África do Sul.⁶

1.1 O Welfare State Social-democrata

Na década de 1950, a prosperidade dos países “desenvolvidos” fez com que muitos dos indivíduos que usufruíam desse benefício passassem a julgar o mundo como um lugar melhor, especialmente para aqueles que haviam sobrevivido aos tempos turbulentos da Segunda Guerra Mundial. Essa sensação de bem-estar se manteve até os conturbados anos da década de 1970, arrefecendo, nos depressivos anos de 1980. Olhando no retrovisor da história, os economistas perceberam que o planeta, principalmente aqueles de capitalismo desenvolvido, haviam atravessados uma era dourada (HOBSBAWN, 1995).

A sociedade do pleno emprego garantiu durante este tempo de euforia altas taxas de crescimento econômico, fazendo com que o capitalismo parecesse estar se unindo perfeitamente a democracia social. As ideias keynesianas permitiram aos sociais-democratas atingirem suas metas e conseqüentemente, os conduziu a vitórias na arena política, parecendo coroar um tipo de governo em que o Estado ocupava o lugar de uma instituição por meio da qual a sociedade podia controlar crises em nome de se manter trabalhadores empregados. O mercado capitalista estava sob controle, e a sociedade protegida das efemeridades da roda da fortuna. Podia-se manter a economia sob cabresto e garantir ao cidadão comum o bem-estar, sob a tutela de um Estado planejador. O keynesianismo colocou pela primeira vez os interesses do trabalhador no centro da discussão econômica, para Keynes, com salários mais altos haveria um aumento significativo da demanda agregada, e isto manteria um ciclo positivo econômico, na mesma medida em que se supria as expectativas de lucro crescente dos investidores. O resultado desse casamento entre um Estado interventor e um mercado controlado permitiu aos sociais-democratas teorizar o “Estado de bem-estar social”, que buscava por suas ações modificar as interações das forças de mercado em prol da garantia do ciclo positivo do capitalismo. A social-democracia abandonava paulatinamente seus projetos de nacionalização em prol da manutenção das conquistas sociais (PRZEWORSKI, 1989).

⁶ ver: VIEIRA, 2013, p. 192.

As ações sociais permitiram a inserção de um novo fator na economia política do capitalismo, algo como um vírus que poderia superar as marcas e amarras que mantinham separados o capitalismo e o socialismo. O reformismo parlamentar social-democrata se estruturava sobre dois pilares: o primeiro era que os operários e trabalhadores em geral precisavam de garantias nas áreas de saúde e educação, uma vez que estes recursos eram condições necessárias para se realizar uma cidadania socialista. O segundo pilar era a defesa de que a política social, para além da independência, também era um elemento basal da eficiência econômica (ESPING-ANDERSON, 1991).

Na prática o modelo social-democrata de Estado de bem-estar social acabou por fundir particularidades do liberalismo e socialismo, do serviço social e do trabalho, em um tempo em que o comprometimento com a garantia do pleno emprego era exatamente a melhor maneira de se concretizar seus ideais. Pondo na balança, proteção e renda se equiparariam ao direito do trabalho, e ainda que houvessem demasiados custos e onerações em um sistema de bem-estar, sua natureza universalista e desmercadorizante permitiria a minimização de problemas sociais como forma de maximização de rendimentos. Quanto maior o número de pessoas trabalhando maior o poder da transferência social para os lucros gerados a partir de uma alta demanda.

Havia a expectativa de que os lucros correntes seriam transformados em melhorias futuras nas condições materiais dos assalariados. Esta concepção tornou-se a base do consentimento dado pelos sociais-democratas ao capitalismo. Os sociais-democratas consentem com o direito dos capitalistas de reter uma parte da produção da sociedade porque esperam que os lucros apropriados pelo capital sejam poupados, investidos, transformados em capacidade produtiva e parcialmente distribuídos como remuneração a outros grupos. (PRZEWORSKI, 1989, p.61).

O ordenamento dos fatos permitiu uma certa lógica do desenvolvimento capitalista em contraposição ao mercado, havia um compromisso entre os que controlavam os meios de produção (classe burguesa) e a força de trabalho (classe trabalhadora). Este cenário era suportado por um equilíbrio de forças entre as classes antagônicas havendo uma perfeita união entre governos controlados por sociais-democratas e outros mais à “direita”, como que em um acordo tácito diante de um sucesso estabelecido (MORO, 2014).

Pós-Segunda Guerra Mundial, a social-democracia se distanciou do marxismo e se tornou uma atriz privilegiada das transformações da lógica do Capital. As ideias keynesianas lhe ofereceram esta proteção para a elevação dos recursos disponibilizados em favor dos desejos sociais e do Estado de bem-estar social. A aproximação entre Capital e Trabalho, se deu em um contexto de reformas, de tal forma que o capitalismo foi modificado sem que o capitalista perdesse sua matriz de identidade. Em um ambiente favorável em que a crise econômica tornava o abandono do liberalismo clássico e do socialismo de matriz soviética uma opção inevitável, a social-democracia encontrou um caminho gradual no reformismo para o reposicionamento do Estado, este passou, então, a ser adjetivado de diversas

formas: Estado de Compromisso, Estado Interventor, Estado Planejador. Uma renovação atingiu até mesmo o vocabulário social-democrático que passou a adotar termos como “pacto”, “consenso”, “coexistência” e “equilíbrio” (GUIOT, 2006).

Justificando a necessidade de uma agenda de ações, quatro argumentos eram utilizados: 1º. as tormentas do período entreguerras não poderiam se repetir, o naufrágio do liberalismo clássico abriu as portas para a fragmentação econômica e o surgimento de Estados corporativistas e autoritários. 2º. A Grande Depressão foi resultado de um mercado livre e sem controle, o que por si só não foi suficiente para garantir o equilíbrio econômico mundial, desta forma ele deveria ser acompanhado por um planejamento público e uma administração econômica que impedisse as distorções observadas anteriormente. 3º. Nestas condições por razões políticas e sociais, o desemprego em massa deveria ser combatido veementemente pelo Estado, uma vez que sem uma demanda agregada não existiriam estímulos ao mercado. 4º. O sistema monetário internacional prescindia de uma moeda e Estado forte, que garantisse a estabilidade das transações mundiais, no passado fora a Grã-bretanha e a libra, no pós-guerra este destino parecia estar sujeito aos EUA e o dólar (HOBSBAWN, 1995).

A social-democracia reorganizou as bases do sistema capitalista, agora o Estado passava a ser o responsável pelas atividades não lucrativas para o mercado, mas fundamentais para o equilíbrio econômico geral. Através do planejamento, buscava interferir de maneira regulatória usando para isso políticas anticíclicas e garantindo ao setor privado sustentação para suas atividades econômicas, as distorções, concentrações e desigualdades resultantes da lógica de mercado seriam amenizadas pela ação de bem-estar, com o governo atuando para o distributivismo, principalmente nas necessidades mínimas dos trabalhadores (PRZEWORSKI, 1989).

1.2 Descaminhos da Social-democracia no Brasil: capitalismo e socialismo na periferia

A história da Social-Democracia no Brasil é relativamente recente e engendra grandes contradições em torno de suas características estruturais. Há sem dúvida muitos limites e dificuldades para se entender a construção de um modelo social-democrata em um país periférico como o Brasil, uma vez que esta reflexão se sobrepõem a compreensão dos limites que as políticas e os direitos sociais encontraram para se implantarem ao longo do século XX. Neste território é importante também se questionar sobre a plenitude das reformas sociais brasileiras e se estas são suficientes para se identificar um projeto social-democrata.

A problemática já se interpõe na própria discussão sobre o marxismo no Brasil, uma vez que até os anos de 1960, as ideias de Marx e seus discípulos, se encontravam centradas no entorno do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinham em Luís Carlos Prestes o seu maior representante. Sempre houve em terras tupiniquins diferentes interpretações das

doutrinas marxistas, e a discussão era ainda maior quanto a possibilidade da implantação de um regime socialista, uma vez que a natureza e a “viabilidade” do mesmo e de uma burguesia local era questionável.

O radicalismo, na maior parte da América Latina, como também acontecia na Península Ibérica, tendia a girar mais em torno do anarquismo que do socialismo, pelo menos até a década de 1920 e, em muitos países, o Brasil inclusive, talvez até a década de 1930. [...] Uma razão subjacente a lenta penetração do marxismo, e a uma certa distorção positivista deste, na década de 1930, foi feita, no meio intelectual brasileiro, de um embasamento hegeliano (LOVE, 1998, p. 407).

As ideias socialistas e o marxismo chegaram ao Brasil de forma tardia, até a Terceira Internacional, de forma geral, aqui e na América Latina, o marxismo era insofrito.⁷ Antes da Segunda Guerra Mundial, os latino-americanos tinham pouca proximidade com o pensamento alemão, a escola francesa, britânica e espanhola eram dominantes. Anteriormente a Primeira Guerra Mundial, as questões das tradições comtianas e spencerianas ocupavam muito mais espaço que as ideias hegelianas. É impossível se falar, antes destes recortes, de “marxistas legalistas” ou mesmo revisionistas que afirmassem que o capitalismo, nos países periféricos, poderia se desenvolver ao longo das etapas marxistas.⁸

Em termos contextuais a Internacional Socialista, desde sua origem, se estabeleceu como uma organização preponderantemente europeia, e somente com o passar das décadas sua influência, fora do continente, se consolidou sobre os partidos socialistas e reformistas. Essas ligações se intensificariam ou não a depender da relevância que uma determinada região ou mesmo um país tinha no cenário político internacional.

A aproximação da Internacional Socialista com as áreas periféricas do capitalismo obedeceu a uma lógica geral; a preponderância econômica ou geopolítica de uma determinada localidade, em seu tempo, foi decisiva na aproximação daquela região com a organização. Na América Latina, somente após 1976, com o Congresso de Genebra reposicionando as peças no tabuleiro mundial e elegendo Willy Brandt para a presidência da Internacional Socialista, é que a situação se tornou mais favorável para que os países do Terceiro Mundo se aproximassem da instituição. Neste momento se sobressaem na América Latina países como Argentina e Uruguai. A África, continente em que os conflitos hegemônicos foram realçados pela Guerra Fria, também passou a receber uma atenção maior. Na Europa, partidos europeus como o PS (Partido Socialista)⁹, de Portugal, e o

7 (AMARAL LAPA, 1980, p.23): Aqui há uma discussão interessante sobre o surgimento relativamente tardio do marxismo na América Latina, a autora se debruça sobre a ausência de atenção dispensada por Marx por esta região, isto comparativamente observando as constantes citações que o mesmo realizava sobre outras áreas como Espanha, Índia, Turquia, China e Rússia. No texto fica claro, haver uma certa desconsideração do processo político latino-americano, visto como corporificação do bonapartismo e da reação, nos textos do filósofo.

8 ver: LOVE, 1998, p.406

9 O PS (Partido Socialista) de Portugal nasceu fora do território português, em 1973 militantes da Ação Socialista Portuguesa (ASP), que reunia diversos membros exilados do governo de Salazar, se reuniram na cidade alemã de Bad Münstereifel em um congresso que deliberou por transformar a ASP em um partido socialista. (<https://ps.pt>) acessado

PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol)¹⁰ serão os grandes modelos que influenciarão e apontarão a emergência da revisão das metas da Internacional, pregando a inclusão do Terceiro Mundo e aderindo ao que ficou conhecido como diálogo Norte-Sul (CABREIRA, 1995).

Fica-se claro que projetos reformistas, socialistas ou mesmo de forte base popular, com raízes nas organizações operárias, nunca foram preponderantes por aqui. De uma maneira geral, na América Latina, a formação de partidos ou sistemas partidários não podem ser comparados com o que aconteceu no continente europeu, mas é ainda mais flagrante o descompasso quando observamos o histórico dos partidos sociais-democratas.

Explicações para o histórico brasileiro podem ser entendidas através de alguns argumentos: 1) a democracia em solo brasileiro sempre foi um sistema frágil, não havendo a consolidação de um sistema político sensível às pressões populares e às propostas reformistas de cunho social; 2) havia clara fraqueza na formação da identidade de classe no Brasil, o proletariado era de formação recente e heterogênea, isto influenciou no surgimento de padrões de identidade múltiplas e conflituosas entre si. 3) Anarquistas e comunistas sempre enxergaram o caminho a percorrer sob uma estratégia de confronto e negação, recusando as soluções negociadas, ainda que democráticas. Sendo assim, a classe operária se construiu a partir de uma identidade que se rivalizava ao ideal perseguido pela social-democracia; 4) Em terras brasileiras a reforma veio através do Estado, o itinerário reformista e de base social, foi encampado pelo governo, que desenvolveu sempre uma proposta assistencial e preventiva – encarnado em Getúlio Vargas, o Estado brasileiro tomou para si as reivindicações dos trabalhadores e as executou “de cima para baixo”, sequestrando o apoio dos mesmos e ao final os submetendo à sua “benevolência estatal”; 5) a produtividade do capitalismo nacional, até a primeira metade da década de 1950, era muito baixa e não permitia um caráter mais amplo de distribuição social; 6) políticas reformistas que apresentavam um cunho social mais avantajado, tendo como parâmetro os exemplos europeus, precisavam de políticas fiscais capazes de subsidiar tais projetos, sem isso a eficiência das mesmas eram limitadas; 7) pode-se também apontar um certo rechaço do empresariado nacional a qualquer tipo de política social que afetasse os lucros, algo semelhante ao pensamento do capital estrangeiro.¹¹

A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. Como vimos, até mesmo uma parcela do movimento operário na Primeira República orientou-se nessa direção; parcela ainda maior adaptou-se a ela na década de 30. Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o

em 09/07/2021.

10 O PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) foi fundado em 1879, a partir de um grupo de intelectuais e operários. É o segundo partido mais antigo da Espanha em atividade, mas durante a ditadura franquista foi colocado na ilegalidade, assim como outros partidos e organizações não alinhadas ao governo autoritário. Voltou a legalidade a partir de 1977, reincorporando membros que haviam atuado de forma clandestina no período anterior ou que permaneceram no exílio. (<https://www.psoe.es/>) acessado em 09/07/2021.

11 ver: CABREIRA, 1995, p. 39-40

que chamamos de “estadania”, em contraste com a cidadania. (CARVALHO, 2002, p.221).

Tornou-se patente também o fato de que o PCB (Partido Socialista Brasileiro)¹² tenha ao longo da segunda metade do século XX, escolhido um caminho próprio, à revelia do pensamento socialista mundial. O partido entendeu haver uma luta deflagrada da burguesia nacional contra a aliança reacionária do capital internacional, assim, o imperialismo americano aliado aos senhores de terras, estes últimos vistos como uma classe “feudal” ou por vezes “semifeudal”, impediam o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil.

Sob esta alegação o PCB passou a apoiar uma revolução “democrática burguesa” e o fortalecimento da burguesia nacional contra as elites agrárias. Somente quando esses grupos fossem derrotados, e a burguesia nacional se tornasse o ator preponderante da sociedade brasileira, é que atingiríamos o estágio de industrialização não-obstacularizada, permitindo a ascensão de uma classe operária madura e com identidade própria. Completado este processo, poderia o Brasil, passar por uma revolução aos moldes socialistas, desta forma, o PCB elegeu o capital estrangeiro como o seu maior inimigo (LOVE, 1998).

Por estes descaminhos das ideias socialistas no Brasil, e depois de avaliar a trajetória do pensamento marxista brasileiro, precisamos ter certo cuidado ao afirmar algo sobre a social-democracia antes da década de 1980.

2 | A TERCEIRA ONDA DOS DIREITOS E SUAS RELAÇÕES COM A SOCIAL-DEMOCRACIA

Ainda que a trajetória da sociedade do bem-estar social e a social-democracia não sejam tão evidentes na América Latina quanto na Europa, é importante que ampliemos nossas discussões sobre as dificuldades de se realizar políticas públicas de inclusão e de seguridade social que impactem positivamente na expansão do welfare por estas terras. Para Bobbio (2004), desde o surgimento, na Idade Moderna, das doutrinas jusnaturalistas e posteriormente da Declaração dos Direitos do Homem, que culminaram na construção de Constituições Liberais, a perseguição destas ideias se fizeram mais presente no Estado de direito. Principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, estes princípios se espalham e se alargaram envolvendo mais a esfera internacional e atingindo mais pessoas ao redor do globo.

Na trajetória do Direito Constitucional, sob forte influência do pesado julgo das revoluções e das transformações dos últimos dois séculos, três gerações sucessivas de direitos fundamentais, buscaram reformular e reconectar a relação do poder com a sociedade e o Estado, garantindo legitimidade, e legalidade, dos governantes com seus

¹² O PCB (Partido Comunista Brasileiro) surgiu em 1922, durante o governo de Epitácio Pessoa na República Velha, mas só veio conquistar sua legalidade em 1927. Ao longo do século XX foi declarado ilegal diversas vezes, o que obrigou seus membros a atuarem na clandestinidade ou aderirem a outros partidos que lhes permitissem certa atuação política oficial. Para maiores informações ver: CARONE, Edgard. O PCB (1922-1943). DIFEL: São Paulo. 1982.

governados (MARSHALL, 1965). São conquistas de primeira geração, além do direito da liberdade, os direitos civis e políticos, que constaram nos primeiros instrumentos normativos constitucionais do ocidente. De segunda geração podemos citar os direitos sociais, culturais e econômicos, assim como também os direitos das coletividades, preponderantes durante o século XX. Estes foram resultados dos movimentos sociais antiliberais, que buscavam igualdade e inserção de um número cada vez maior de atores na cidadania. A terceira geração de direitos surgem de uma certa visão universalista e humanista que se interpunha não apenas aos direitos de um indivíduo, grupo ou coletividade, mas buscavam cristalizar os valores supremos de uma existencialidade concreta. Eles criaram um novo polo jurídico acrescentando novas nuances aos direitos das gerações anteriores e mudando o caráter da liberdade e da igualdade.¹³

É perceptível que as últimas décadas do século XX foram de grande especialização dos direitos, que se aprofundaram para além de seus sujeitos titulares. Assim como o ideal de liberdade foi paulatinamente se especificando em liberdades concretas e únicas (de consciência, opinião, imprensa, reunião, associação, religião), os sujeitos também passaram por processo semelhantes. Foram progressivamente cedendo lugar a novos seguimentos de cidadania, e hoje, já é possível se pensar em direitos de gênero, de fases da vida e mesmo de estados normais ou excepcionais da existência humana. Homens e mulheres tiveram suas diferenças específicas reconhecidas, crianças e idosos tiveram seus direitos assegurados e doenças ou limitações físicas/mentais também foram agrupadas sob a proteção dos direitos civis (BOBBIO, 2004).

as políticas públicas devem garantir um mínimo de serviços essenciais viabilizadores do *status* real da cidadania para os indivíduos poderem usufruir da herança social e econômica do país. O Estado deveria, pois, atuar na regulação da ordem social e garantir o mínimo para os indivíduos se inserirem na competição e nas oportunidades econômicas. Ao fazê-lo, intervém para reconhecer e estender direitos sociais. (MARSHALL, 1965).

São os direitos que tornam reais as liberdades individuais de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de fé, de propriedade, entre outros. Eles são o marco civil da cidadania, que os tribunais têm por objetivo garantir. O cidadão foi inserido no direito de participação das decisões de poder, e ao eleger representantes para as instituições encontram nos mais diversos parlamentos, câmaras representativas e conselhos de governos, respaldos legais para decidir soberanamente o destino de uma coletividade. No campo social, diante do desenvolvimento capitalista, às sociedades foram asseguradas o direito de bem-estar social, econômico e de segurança. No capitalismo, ainda que o Mercado produza, desigualdades acentuadas, aos Estados foram atribuídos poderes para intervir nos jogos de forças do livre-mercado através de políticas sociais, cujo objetivo é diminuir as desigualdades e garantir uma sociedade mais distributiva, em busca de uma maior justiça social, tanto em

¹³ Ver: BONAVIDES, 2002, p.66

termos de grupos abarcados, quanto de indivíduos atendidos (MARSHALL, 1967).

É um grande mérito que nas sociedades capitalistas modernas, o potencial igualitário engendrado pelo sentido de cidadania, tenha permitido a extensão de condições básicas de vida, praticadas por Estados de Bem-estar social, a uma gama muito grande de indivíduos. Fundamentados nas políticas econômicas keynesianas e homogeneizadas pelo liberalismo democrático ou pelas sociais-democracias, tornou-se possível recuperar construções históricas que por muito tempo estiveram destituídas de sentido. Na esfera política, elas se tornaram os elementos centrais de culturas democráticas, uma vez que as políticas sociais passaram a ser compreendidas como formas de realização dos direitos dos cidadãos. Por este meio o liberalismo clássico foi revisto, compatibilizou-se o desenvolvimento capitalista aos valores da democracia e do desenvolvimento social (LEITE, 1991).

A época em que o Estado de Bem-estar Social foi gestado, era de grande austeridade, racionamento, de controle de preços, de aluguéis tabelados e de casas requisitadas para desabrigados. Ainda que estas medidas de intervenção estatal e de limitações ao livre mercado, não fossem consideradas o ideal para aquela ordem social, elas eram o esteio de uma legislação que buscava, através do bem-estar social, uma sociedade comprometida com a participação justa e com a distribuição de renda real. Uma sociedade que não estava à mercê da deriva de um mercado competitivo, e no qual cada sujeito concentrava para si o quanto pudesse acumular. O Estado de bem-estar social saciou as reivindicações salariais dos sindicatos e pacificou o movimento trabalhista revoltado nas desigualdades iniciais do capitalismo industrial (MARSHALL, 1967).

O capitalismo foi gerenciado através de reformas que garantiam o bem-estar dos trabalhadores e delimitavam as fronteiras do Capital. O keynesianismo ofereceu todos os subsídios para o equilíbrio dos recursos disponíveis em prol das demandas sociais, uma reforma que não alterava a essência do capitalista, apenas o acomodava em uma linha de menor resistência (MÉSZÁROS, 2002). Após 1930 abandonou-se o liberalismo ortodoxo, mas também o socialismo de veia soviética, um novo equilíbrio de forças foi genericamente criado com a junção entre Capital, Trabalho e Estado. Os partidos sociais-democratas ganharam uma razão para se aninharem no poder, as crises econômicas podiam agora ser atenuadas ou mesmo cessadas com a intervenção do Estado. As medidas anticíclicas tinham o poder de evitar o “hiato do pleno emprego”, e quanto mais empregos estivessem sendo preenchidos, mais máquinas estariam funcionando a todo “vapor” (PRZEWORSKI, 1989).

3 | A “CIDADANIA REGULADA”: POLÍTICAS SOCIAIS, FUNÇÕES DO ESTADO E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

No Brasil o entendimento da transição da esfera da acumulação capitalista para a da equidade, somente pode ser observada no período posterior a 1930. Antes deste

momento a política oligárquica aninhada no poder desde a fundação do Império (1822-1889) se estabeleceu como um grande impedimento aos direitos de liberdade, de opinião, de reunião, de associação e entre outros. A proclamação da república, em novembro de 1889, pouco alterou esta realidade, durante o interregno que se chama de República Velha, vigorou o pesado jogo da política representativa, alinhada ao poder federal e garantida por chefes locais condescendentes com o governo estadual. Nessas circunstâncias, a democracia, de 1889 a 1930, era apenas uma fachada disfarçada em uma república oligárquica que pouco tinha a ver com os conceitos democráticos modernos (MIRANDA, 2021). Desta forma em suas dimensões políticas, econômicas e sociais, a construção da definição de cidadania passa pela gênese das políticas públicas de inclusão e de direitos sociais, implícitos nos atos do movimento revolucionário que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Entretanto, a cidadania pretendida pelo movimento revolucionário de 1930 não era plena. Conforme Santos (1979) o conceito estabelecido, a partir daquele momento, pode ser descrito como uma “cidadania regulada”, ou seja, um tipo de cidadania em que as “raízes se encontram, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional”. Este sistema é definido por um conjunto de normas legais que elencam, como cidadãos, todo aquele que uma vez pertencente a uma comunidade está vinculados a uma ocupação legalmente reconhecida. A institucionalização legal das profissões, a criação da carteira de trabalho e os sindicatos, são definidores da própria cidadania, porque os direitos sociais só existem mediante a existência dos direitos trabalhistas, e estes, só se estabelecem via regulamentação do Estado.¹⁴ Este caráter de “cidadania regulada” pouco se alterará até a década de 1980, perpassando ao longo de boa parte do século XX, por momentos de autoritarismos e democracia, sem ter seu status modificado.¹⁵

Sendo assim, é impossível desvincular a acumulação desenvolvimentista e a cooptação da classe trabalhadora urbana, porque a política social estratificada é uma característica notória do Estado brasileiro, entre os anos de 1930 e 1964. É correto afirmar que o desenvolvimento do modelo capitalista brasileiro, associado as suas próprias características históricas e sociais, permitiu o surgimento de uma hierarquia de classe com uma arena de conflitos próprios, estas mesmas, engendraram tendências políticas muito originais (GRIN, 2013).

Submetido a sombra do Estado interventor, as políticas e os direitos sociais estarão à mercê das instabilidades políticas e econômicas enfrentadas pelo Brasil no “breve século XX”¹⁶, isto porque, o planejamento e as ferramentas para o desenvolvimento estarão

14 ver: (SANTOS, 1979, p. 76).

15 (GRIN, 2013, p. 189-192): o autor considera que o avanço das políticas sociais e dos direitos civis podem ser divididos três períodos históricos, até o final dos anos 1990, no Brasil: 1. Políticas Sociais no Brasil entre 1930-1964: a cidadania regulada; 2. Expansão e Consolidação do Regime de Bem-estar Social no Brasil (1964-1985); 3. O “Desencontro” entre o Estado de Bem-estar Europeu e o Brasil dos Anos 1990.

16 (HOBSBAWN, 1995): O historiador Eric Hobsbawn deu ao século XX o epíteto de “breve” no subtítulo de sua obra “Era dos Extremos” buscando descrever a sensação de brevidade causada pelas inúmeras mudanças ocorridas em um

calcados no projeto desenvolvimentista brasileiro, conceito radical e complexo resultante da combinação de dois elementos: o reconhecimento da situação de subdesenvolvimento e a proposta consciente e deliberada de sua superação – via estratégias racionais e ações de ordem econômicas. O desenvolvimentismo, neste período, centrava suas metas na superação dos obstáculos estruturais do subdesenvolvimento, enraizados na vocação agrário-exportadora, pela desigualdade centro-periferia e pela completa inaptidão das economias subdesenvolvidas de atingirem o desenvolvimento sem passar pela industrialização.¹⁷

Essa perspectiva teórica (subdesenvolvimento), que emergiu no entorno da década de 1940/1950, transformou a questão industrial em questão nacional, modelando um tipo específico de ação do Estado e de políticas públicas dotadas da missão monolítica do planejamento da industrialização como meio de consecução da soberania nacional. O bem-estar social, as garantias de cidadania, a criação de instituições democráticas, ou seja, todas as dimensões do que hoje conseguimos, finalmente, compreender como desenvolvimento surgiram enquanto resultados naturais das transformações geradas na dimensão essencial da industrialização. (ALVES CEPÊDA, DE MATOS E SILVA, 2016, p. 49).

Não resta dúvida que o período que engloba os anos de 1930 e 1964 foram fundamentais para a regulamentação social no Brasil. Sob a batuta de um Estado se estabeleceu um regime de bem-estar social precário, muito aquém do que se podia vislumbrar no continente europeu. Se considerarmos a “lógica do industrialismo” e o próprio conceito de welfare state, por vias tortuosas foram dados passos importantes para o desenvolvimento da cidadania popular. As terras brasileiras se tornaram palco de uma síntese peculiar de democracia, trabalhismo cooptado e desenvolvimentismo. Embora muito diferente da matriz europeia, sob uma ‘cidadania regulada’, as massas populares foram incorporadas à comunidade política através de um modelo meritocrático e individualista, mas empenhado em algum tipo de solidariedade social. Debaixo de uma sombra corporativista do mercado de trabalho, as políticas sociais modernizadoras ainda refletiam o conservadorismo social brasileiro (DRAIBE; AURELIANO, 1989).

Um segundo momento da evolução do regime de bem-estar brasileiro se dará no pós-1964. O período anterior foi testemunha de que os diversos grupos sociais inseridos no ambiente político, ao longo de pouco mais de vinte anos de uma relativa democracia, não foram capazes de contratar novas formas institucionais de administrar o processo de acumulação de forma equilibrada aos parâmetros de equidade, sustentados pelo regime de

espaço de tempo muito curto.

17 (CABRERA, 1995, p.44-45): Vinculado a esta perspectiva, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi central na consolidação da proposta reformista-democrática, ainda que muito distante de ser um partido socialista, pode-se dizer que o mesmo cumpriu a função de um partido social-democrata, sendo uma via alternativa, ainda que de forma retórica, ao comunismo e ao capitalismo liberal. Desde sua origem, marcadamente nacionalista-desenvolvimentista, se interpôs ao imperialismo e as estruturas econômicas concentradoras. Nascido do sindicalismo oficial e das ramificações do ministério do Trabalho durante o Estado Novo, o partido se conformou como uma alternativa reformista com discurso desenvolvimentista. Segundo Augusto do Amaral Peixoto, Getúlio “justificou a criação do PTB como um meio de impedir que a massa trabalhadora caminhasse para o comunismo”.

“cidadania regulada”. Frente a grande oposição conservadora a este tipo de cidadania, o conflito terminou por romper os laços da frágil democracia existente desde o fim do Estado Novo (SANTOS, 1979).

A consolidação e a expansão do regime de bem-estar social se darão, contra a própria lógica política, sob o manto de um governo autoritário. Derivada da incapacidade de se equilibrar o campo democrático, a acumulação capitalista e o conflito social, a ruptura democrática e institucional, também eram resultantes de um desenvolvimento econômico que não abarcava as necessidades sociais. As consequências deste processo trarão como características a não universalização dos direitos sociais, o desrespeito aos direitos civis e a concentração de renda, elementos explicativos do ambiente socialmente excludente pelo qual se verificará o aumento da oferta de serviços sociais (GRIN, 2013).

O regime autoritário encarou a questão social menos pelo ângulo dos programas de assistência social e mais pelo arrocho salarial e pela repressão às organizações e instituições populares. Uma vez os programas sociais não ocupando a posição central nas políticas de estabilização social, o crescimento econômico foi o alvo para a sustentação política do governo militar. Entretanto, ainda que as políticas sociais não fizessem parte da agenda de governo, o sistema brasileiro de proteção social consolidou-se e expandiu-se. Quantitativamente, os anos que vão de 1964 a 1984 registraram em quase todos os campos sociais, crescimento dos indicadores dos seus subsistemas: como exemplo podemos afirmar que houve aumento de matrículas escolares, de consultas médicas e de benefícios previdenciários (DRAIBE, 1994, p.271-272).

Contra ao que se pode pensar, o tecnocratismo autoritário do regime pós-1964 completou o sistema de welfare brasileiro. Ainda que as liberdades políticas fossem cerceadas e a democracia obliterada, o núcleo duro da intervenção social estatal se consolidou, na medida que o aparelhamento e a centralização passaram a suportar a intervenção. Foi sob o regime militar que se definiram os fundos e os recursos que financiariam as políticas sociais, os mecanismos de operação e as regras de inclusão e exclusão social (DRAIBE, 1994).

A partir da década de 1970, verifica-se uma repolitização dos programas sociais, período de expansão maciça, com maior presença e autonomia dos técnicos, a política representativa foi substituída pela “política burocrática”, mas preservaram-se os traços meritocráticos individualistas, o viés corporativista e clientelista de concessão de benefícios. Como resultado ao final não se modificou o panorama das desigualdades iniciais, o governo autoritário, ao suprimir as regras democráticas, viu na complexificação da estrutura social, uma maneira de gerenciar as turbulências sociais.¹⁸

Por consequência, o Estado brasileiro foi reconfigurado sem mobilização popular, e diferentemente da Europa, o welfare state nasceu sem as contingências da “luta democrática de classes”, dos embates sindicais e da dialética partidária. A maneira pela

¹⁸ ver: DRAIBE, 1994, p.305

qual o antagonismo entre a expansão da economia e o desenho de políticas sociais foi resolvido evidenciou, mais uma vez, o processo de modernização conservadora, sendo assim as opções governamentais não tiveram nenhum impacto na redistribuição da riqueza, nem nos espaços de inclusão (DRAIBE; AURELIANO, 1989).

Confirma-se assim o defendido por Alves Cepêda e De Matos e Silva (2016) de que a trajetória nacional-desenvolvimentista comportou períodos e propostas dispares que oscilaram do progresso com desenvolvimento social para o da apropriação privada do custeio e da energia do nacionalismo desenvolvimentista. Um terceiro período, de viés burocrático-autoritário garantiu o distanciamento entre os projetos e se tornou grande responsável pela atual desigualdade social brasileira.

O capitalismo brasileiro não foi capaz de gerar um equilíbrio entre igualdade e emprego, por que em suas práticas as prioridades sempre foram dadas a acumulação capitalista. Por aqui, o desenvolvimento do capital coabitou, historicamente, com a exclusão social e a concentração de renda, e de formas variadas a “luta democrática de classes” foi obstaculizada pela intervenção do Estado, mediador e fiador do regime de bem-estar (GRIN, 2013). Os anos de 1980, período estertor do nacional-desenvolvimentismo autoritário, evidenciaram as crueldades que este tipo de capitalismo industrial produziu. A concentração de riquezas, as desigualdades regionais, a obliteração das liberdades pessoais e da participação popular, reduziram o espectro dos direitos sociais e do regime de bem-estar social, por outro lado, elevou o Estado a condição de maestro de uma sociedade periférica, monopolizando e silenciando as conquistas populares.

Somente na década de 1990, após o Plano Real (1994), as políticas sociais passaram a serem vistas como positivas e contribuidoras para o desenvolvimento econômico. Entretanto, a posição do Estado não foi alterada enquanto promotor das ações sociais, a estabilização monetária e a visão globalizante da economia o mantiveram como fiador de programas públicos, agora sob uma nova visão. Com o intuito de se produzir um ciclo virtuoso entre economia e políticas sociais, somente a partir deste momento, os cidadãos passaram a ter participação ativa no desenvolvimento destas últimas. Visando ampliar a equidade, os sistemas de políticas públicas voltadas para o social, ou a tentativa da construção de um Estado de bem-estar social, buscaram se pautar na articulação entre desenvolvimento econômico e seguridade social (DRAIBE; RIESCO, 2006). Não é coincidência que esta década marca o surgimento do debate sobre a social-democracia no Brasil de forma mais qualificada, os debates sobre os modelos e as vias para sua implantação estão nítidos desde o final dos anos de 1980 e se tornaram ainda mais evidentes a partir das eleições de 1989.

Ainda que o êxito das políticas sociais não tenha alcançado, neste momento, a concretização de um Estado de seguridade social compatível com os modelos europeus, foram o ponto de partida para políticas públicas que buscavam engendrar o desenvolvimento econômico em uma perspectiva menos marginalizadora. Embora os programas implantados

neste período apresentassem, vez ou outra, uma visão fragmentada, possibilitou-se a formação de um sistema de proteção social que permitia examinar os efeitos dinâmicos da política social no tempo, acompanhando o mesmo tratamento dinâmico executado em políticas de desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ALVES CEPÊDA, Vera; DE MATTOS E SILVA, Ivan Henrique. A trajetória do desenvolvimento: a questão social, democracia e Estado na experiência do Brasil e Argentina. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 41-70, mar. 2016. ISSN 0104-7094. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3709>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

AMARAL LAPA, José Roberto do. org. Modos de Produção e Realidade Brasileira. Vozes: Petrópolis, 1980.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Nova Editora: Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Os direitos fundamentais e a globalização. Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: v.25, n.º. 56, p.63-74, jul/dez, 2002.

BUCI-GLUCKSMANN Christine, THERBORN, Goran. O desafio social-democrata. Editora D. Quixote: Porto Alegre, 1983

CABRERA, José Roberto. Os caminhos da Rosa: um estudo sobre a social-democracia no Brasil. Dissertação de Mestrado – Unicamp: Campinas, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CRICK, Martin. The History of Social Democratic Federation. Keele University Press: California, 1994

DRAIBE, S. M. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. Tempo Social, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84. In: SOARES, G. A. D.; SOUZA, D'A. M. C. (Org.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994. p. 271-315.

DRAIBE, S. M.; AURELIANO, L. A especificidade do welfare state brasileiro. In: _____. Economia e desenvolvimento. Brasília: MPAS/Cepal, 1989.

DRAIBE, S. M.; RIESCO, M. Estado de bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea, Serie Estudios y Perspectivas, México, D.F., n. 55, p. 1-58, 2006.

CARONE, Edgard. O PCB (1922-1943). DIFEL: São Paulo. 1982.

ESPING-ANDERSON, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. Revista Lua Nova: n.º 24, setembro 1991, São Paulo.

FLETSCHER, Irving. Bernstein e o Desafio à ortodoxia. In HOBSBAWN. Eric et al. História do Marxismo II. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1982.

FURTADO, Olavo Henrique P. Trajetos e perspectivas social-democratas: Do modelo europeu para o PSDB e o PT do Brasil. Dissertação de mestrado em Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas-SP, 1996.

GRIN, Eduardo José. Regime de Bem-estar Social no Brasil: três períodos históricos, três diferenças em relação ao modelo europeu social-democrata. Cadernos de Gestão Pública e Cidadania: São Paulo, v.18, n° 63, jul/dez, 2013.

HOBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

LEITE, Maria da Silva Pereira. Políticas Sociais e Cidadania. Physis – Revista de Saúde Coletiva: Rio de Janeiro, vol 1, n° 1, 1991.

LOVE, Joseph L. A Construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LÖWENTHAL, Richard. Da Segunda Internacional aos nossos dias: Ideias básicas e experiências. IN: A social-democracia alemã e o trabalhismo inglês. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1980.

MARSHALL, T. H. Política social. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MARSHALL, T.H. O Estado de Bem-Estar Social: um estudo comparativo. In: Cidadania, Classe Social e Status. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1967.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital – rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIRANDA, Jeferson. A República que não aconteceu. IN: SANTOS, Fábio Grossi (org.). Às Margens do Jahu: A história ainda não contada. 11 editora: Jaú, 2021, p.165-167.

MORO, Ana Elisa Ferreira. O Modelo De Welfare State Social-democrata De Esping-Andersen: Uma Reconstituição De Seus Princípios. dissertação de mestrado: Unicamp, Campinas, 2014.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

SANTOS, Wanderlei. G. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

VIEIRA, Evaldo. A social-democracia, longo caminho até a Terceira-Via. Revista Currículo sem Fronteiras, v.13, n.2, p.182-203, maio/ago, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 39, 40, 42, 44, 45, 47, 48, 58

Agências 52, 53

Agentes 34, 40, 41, 51, 52, 53, 55, 56, 58

América Latina 1, 8, 9, 10, 21

Assistência social 15, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

B

Bem-comum 51, 55, 56

Brasil 1, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48

C

Capitalismo 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 18

Cidadania 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 50, 58

Cidadão 5, 11, 40, 45, 46, 51

Controle 4, 5, 7, 12, 21, 30, 35, 42, 43, 46, 47, 51, 52, 53, 55

D

Democracia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 50, 52, 55

Desenvolvimento 1, 3, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 28, 31, 33, 34, 35, 38, 40, 54, 56, 58

Direito internacional 49, 50, 54, 55, 56

Direitos 1, 2, 4, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 21, 31, 34, 38

Dominação 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

E

Entes federativos 39, 42, 45, 47

Estado de bem-estar social 4, 5, 6, 12, 16, 18

Estados 7, 11, 12, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56

Execução 22, 27, 29, 31, 32, 33, 37, 42

Executivo 29, 39, 42, 43, 45, 46

F

Fases 11, 23, 31, 33

G

Gestão federal 19, 22, 35, 36

Governança 40, 48

Governo Federal 19, 20, 21, 22, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35

I

Implantação 8, 16, 31, 32, 33

Implementação 19, 20, 21, 22, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 43, 46, 47

Indivíduos 5, 11, 12, 24, 25, 27, 28, 30, 50, 51, 52

Instituições 11, 14, 15, 40, 42, 54, 55, 56

J

Judiciário 39, 43, 45, 46, 47

Justiça 11, 18, 46, 48, 51, 52, 55, 56

K

Keynesianismo 1, 4, 5, 12

L

Legislativo 39, 43, 45, 46, 47

Legitimidade 10, 34, 50, 51, 52, 53, 55, 56

Lei da transparência 41, 42

Lei de acesso à informação 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48

Liberal 14, 40, 49, 50, 51

Liberalismo 6, 7, 12, 56

Liberdade 11, 13, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

M

Municípios 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 39, 42, 43, 44, 45, 47, 48

P

Países 2, 5, 8, 21, 39, 40, 41, 53, 54, 55, 56

Participação 11, 12, 16, 32, 34, 50, 52, 54, 56

Poder 1, 6, 10, 11, 12, 13, 25, 27, 35, 36, 39, 42, 43, 46, 51, 55

Política 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 40, 49, 50, 51, 52, 56, 58

Políticas públicas 10, 11, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 33, 35, 36, 38, 58

Políticas sociais 1, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

População 37, 52, 55, 56

Primeira infância 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38

Programa criança feliz 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 33, 35, 36, 37, 38

R

Regulamentação 13, 14, 27, 30, 35, 43, 46, 47

Relações internacionais 49, 50, 52, 58

Republicanismo 50, 56

Resoluções 19, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

S

Soberania 14, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56

Social-democracia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 16, 17, 18

Socialismo 2, 3, 6, 7, 8, 12

Sociedade civil 25, 27

T

Transparência ativa 39, 42, 43, 44, 47

Transparência passiva 39, 42, 44, 47

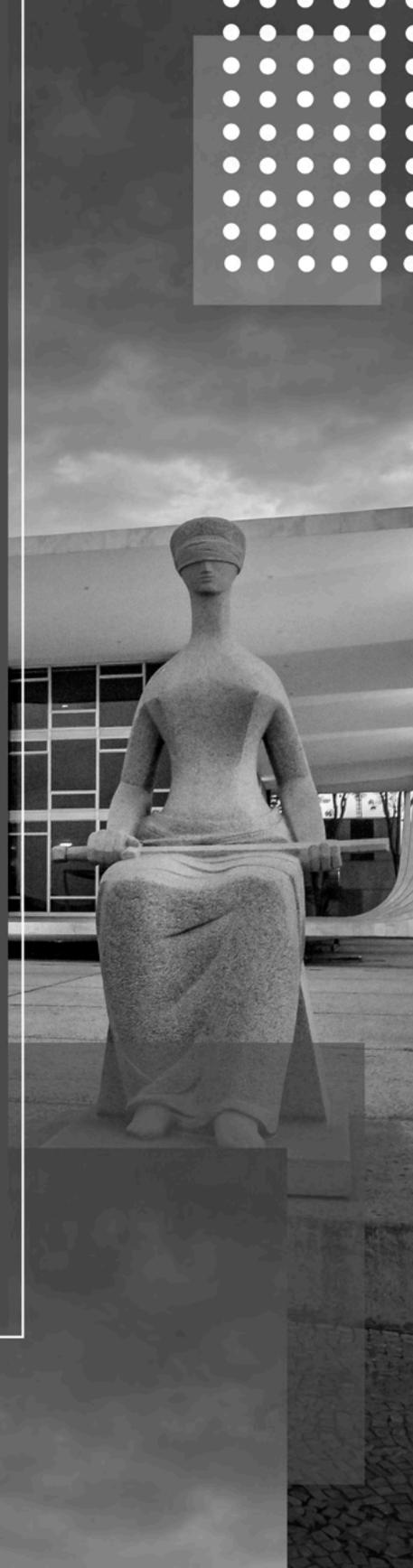
W

Welfare state 5, 14, 15, 17, 18

Ciência Política: Debates temáticos

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Ciência Política: Debates temáticos

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora
Ano 2022

